POLÍTICA, FOME E RACISMO: um diálogo sobre a conjuntura de América e África

José de Ribamar Sá Silva; Universidade Federal do Maranhão/ Brasil; Doutor em Políticas Públicas; zederiba@hotmail.com. (Coordenador)

Francisco de Paula Dominguez Duran; Middlesex University/ Reino Unido; Doutor em Economia; f.dominguez@mdz.ac.uk

João Lucas Coimbra Sousa; Universidade Federal da Bahia/ Brasil; Doutorando em Estudos Africanos; jcoimbra@asu.edu

RESUMO

Esta mesa se propõe discutir o momento sócio-político vivido na América Latina, sob o contexto de uma pandemia e da ocorrência de alguns retrocessos civilizatórios. Destaca-se que as sociedades do continente são marcadas pelo racismo estrutural e pela habitual negação dos direitos humanos fundamentais, como o acesso aos alimentos, para a maioria da população, notadamente para os povos originários e para aqueles cujos ancestrais foram desterrados do continente africano e submetidos à escravidão, para garantir a espoliação dos recursos naturais desta parte do mundo e alimentar a ascensão do capitalismo como sistema global.

Palavras-chave: América Latina; África; Fome; Racismo.

ABSTRACT

This panel discusses the social-political landscape in Latin America, under the pressing situation of covid and some events of civilizatory backwardness. It must be remarked that those societies are tainted by structural racism and habitual negation of basic human rights, such as access to nourishment for most of the people, notably regarding original populations of the Americas and the descendants of those who were forced unto slave labor, all of this motivated by the spoliation of natural resources from this part of the world, in order to fuel capitalism as it ascended to become a global system.

Keywords: Latin America. Africa. Racism.

BLOQUEIOS AO AVANÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR:

O combate à fome na pandemia sob estruturas sociais racistas

José de Ribamar Sá Silva

RESUMO

A ocorrência da pandemia de covid-19 tem sido apontada como causa do agravamento da insegurança alimentar no mundo. Não se pode ignorar se impacto, mas o êxito no combate à fome pressupõe outros avanços democráticos, como desbloqueio de oportunidades e redução de desigualdades estruturais. Nos países da América Latina o início da pandemia coincidiu com a ascensão ao poder, de segmentos políticos ultraconservadores, herdeiros de um passado colonial escravocrata, associados a interesses imperialistas, e claramente incomodados com quaisquer avanços democráticos. Essa conjuntura enfraquece a ação dos organismos vinculados à ONU, que antes vinha funcionando como força compensatória às contradições do livre mercado.

Palavras-chave: Fome; Pandemia; Racismo.

ABSTRACT

The covid-19 pandemic has been identified as the cause of the worsening of food insecurity in the world. Its impact cannot be ignored, but success in fighting hunger requires other democratic advances, such as unblocking opportunities and reducing structural inequalities. In Latin American countries, the onset of the pandemic coincided with the rise to power of ultra-conservative political segments, descendants of a slave-owning colonial past, associated with imperialist interests, and clearly uncomfortable with any democratic advances. This situation weakens the action of entities linked to the UN, which previously had been working as a compensatory force against the contradictions of the free market.

Keywords: Famine; Pandemic; Racism.

1 INTRODUÇÃO

Mais do que evidenciar que as situações de fome crônica permanecem entre nós ao longo duas primeiras décadas do século XXI, a ocorrência da pandemia da covid-19 contribui para ampliar as desigualdades de acesso à riqueza e agravar a extrema pobreza entre grande parte da população mundial. Na percepção dos próprios organismos das Nações Unidas, continuamos vivendo em “uma realidade

humilhante" (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021, p.8)[1]. No mais recente relatório da sobre a situação da segurança alimentar da população mundial, está estimado que, ao longo de 2020, o primeiro ano da pandemia, cerca de 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso a alimentação adequada, o que representa um acréscimo de 320 milhões em relação ao ano anterior; Dessas pessoas, quase 928 milhões se encontravam em situação de insegurança alimentar grave, um acréscimo de 148 milhões de pessoas em relação ao que fora estimado para o ano 2019 (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021, p.16).

O maior contingente de pessoas em insegurança alimentar grave está na Ásia, num total de 471,1 milhões; na África estão 346,6 milhões de pessoas e na América estão 95,9 milhões, sendo que 92,8 milhões apenas na América Latina e Caribe. Quando somamos as pessoas que se encontram em insegurança alimentar moderada, as cifras aumentam muito mais: atingem 1.198,7 milhões na Ásia, 798,8 milhões na África e 296,1 milhões nas Américas.

Esses números, de certa forma, indicam a dimensão do desafio humanitário de combater a fome. A preocupação deveria se tornar ainda mais urgente diante de um cenário em que avançam, em algumas partes do mundo, forças políticas ultraconservadoras, cujos representantes são herdeiros em linha reta de um passado escravocrata, que erigiu o capitalismo colonial e imperialista, usurpando os recursos naturais e drenando a energia humana dos povos, sobretudo no chamado "novo mundo" e na África. Sob o atual contexto do processo de mundialização do capital (ou como preferem alguns, processo de globalização), tendo por suporte ideológico das ações a assim chamada concepção (neo)liberal, as situações de insegurança alimentar acentuam-se perante as práticas do livre comércio, que os países desenvolvidos impõem aos demais, sob controle das grandes corporações da indústria alimentícia.

No presente texto procura-se discutir que, no movimento de combate à fome antes da pandemia, a ação de organismos supranacionais e de governos locais vinha funcionando como uma força compensatória às contradições do capitalismo expressas no funcionamento do livre mercado. No entanto, e em particular na América

[1] A definição de insegurança alimentar é tomada em relação à de segurança alimentar, que para efeitos do relatório citado (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021) é a "situação que existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.(p. 190). A ausência disso reflete insegurança alimentar, referindo-se "ao acesso limitado aos alimentos, ao nível dos indivíduos ou agregados familiares, devido à falta de dinheiro ou outros recursos" (p. 158). Em busca de uma medida de acesso aos alimentos em diferentes níveis de severidade, é usada uma escala baseada na experiência de segurança alimentar.

Latina, esses avanços parecem ameaçados a partir da recente ascensão de setores políticos conservadores em países importantes da região.

2 COMO AVANÇA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA PANDEMIA

Conforme já se mencionou, em termos absolutos, o maior número de pessoas em insegurança alimentar grave no ano de 2020 encontra-se no continente asiático (471,1 milhões), seguindo-se a África (346,6 milhões), a América (95,9 milhões), a Europa (12,8 milhões) e a Oceania (1,1 milhão). Os organismos da ONU costumam estratificar esses continentes de acordo com as áreas de maior ocorrência de fome. Assim, os números da América do Norte (3,1 milhões), excluído o México, são apresentados juntamente com os da Europa (12,8 milhões), destacando-se aqui a maior ocorrência nos países do Leste Europeu (6,3 milhões). No continente americano são apresentados os números da América Latina e do Caribe (92,8 milhões), destacando-se a ocorrência na América do Sul (55,6 milhões). A África é apresenta em duas regiões principais: Norte da África (23,4 milhões) e África Subsaariana (323,2 milhões), sendo destacadas as sub-regiões do Leste da África (127,9 milhões) e Oeste da África (115,7 milhões). No continente asiático (471,1 milhões) a concentração está na sub-região do Sul da Ásia (386,8 milhões).

Reunidas, as grandes áreas que apresentam maior contingente populacional em insegurança alimentar grave, Sul da Ásia (386,8 milhões), África Subsaariana (323,2 milhões) e América Latina & Caribe (92,8 milhões), observa-se que essas regiões concentram 76,7% das pessoas submetidas a essa situação em 2020.

Nesse ano, a média de prevalência da insegurança alimentar grave foi estimada em 11,9% da população mundial (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021, p.43). No entanto, quando são observadas as grandes áreas de ocorrência, vêm à tona as nuances da “realidade humilhante” indicada nos recentes relatórios dos organismos da ONU e que indicam as desigualdades existentes não apenas dentro de cada país, mas entre os países e as regiões do mundo. O maior percentual em relação à população total encontra-se na África Subsaariana, onde cerca de 29,5% estão nessa condição. Embora a região da América Latina e Caribe apresente a segunda pior situação, com 14,2% da população em situação de grave insegurança alimentar, esse percentual alcança 39,2% na sub-região do Caribe. Isso aponta o Caribe como a situação mais preocupante entre as sub-regiões, com uma parcela bastante superior, por exemplo, aos 35,8% encontrados no Centro da África e aos 19,9% presentes no Sul da Ásia - ainda que os números absolutos sejam bem

diversos: 17 milhões no Caribe, 64,3 milhões no Centro da África 386,8 milhões no Sul da Ásia.

Em um comparativo com o ano anterior ao início da pandemia, 2019, o quadro que se observa é o segue. Naquele ano, a média mundial de incidência de insegurança alimentar grave era de 10,1%, tendo ocorrido um aumento de 1,8 ponto percentual em 2020. Na África Subsaariana eram 24,9% e houve um crescimento de 4,6 pontos percentuais.[2] Na América Latina e no Caribe eram 10,1%, sofrendo um acréscimo de 4,1 pontos percentuais. Na sub-região do Sul da Ásia eram 18,3%, havendo 1,6 ponto percentual de aumento.

Quando se incluem a esses números os da segurança alimentar moderada, a situação se amplia em escala muito acentuada. Em números absolutos, 2.368,2 milhões se encontravam em insegurança alimentar grave ou moderada em 2020, com aumento de 318,3 milhões de pessoas em relação a 2019 (2.049,9 milhões), tendo a prevalência aumentado de 26,6% para 30,4%. Na Ásia, com 1.198,7 de pessoas (25,8%), houve uma expansão de 155,5 milhões sobre o ano anterior quando eram 1.043,2 milhões e representavam 22,7% da população. Desse acréscimo, 128,4 milhões estão na sub-região do Sul da Ásia. Na África Subsaariana estão 724,4 milhões (66,2%), com 85,6 milhões a mais que em 2019, quando eram 638,8 milhões (59,9%). Na região América Latina e Caribe, o número passou de 207 milhões em 2019 (31,9%) para 267,2 milhões (40,9%), em 2020, acrescendo assim 60,2 milhões de pessoas em insegurança alimentar. Na Europa, eram 57,4 milhões (7,7%), passando em 2020 para 69,5 milhões (9,3%), com um acréscimo de 12,1 milhões de pessoas. A Oceania tinha 5,7 milhões em 2019 (13,6%), sendo a única região em que houve redução (600 mil), passando para 5,1 milhões (12%) o número de pessoas em insegurança alimentar grave ou moderada em 2020. (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021, p. 43-44).

O citado relatório dos organismos da ONU disponibiliza a recente evolução da prevalência nos diversos países, comparando os períodos de 2014-2016 e 2018-2020. A seguir, vamos focar o olhar para alguns países, selecionados nos dois continentes onde tem sido mais acentuado o percentual da população submetida à insegurança alimentar, tanto na forma grave como na forma moderada (Tabela 1).

Na África, o caso de Burkina Faso é o que apresenta maior variação entre os países selecionados naquele continente. A prevalência de insegurança alimentar, somadas as formas grave e moderada, elevou-se de 41,8% para 47,9%, tendo um aumento de 15%, porém a forma grave aprofundou-se acentuadamente, passando de 10% para 15,4% população, o que representa uma piora de 54% na situação do país.

[2] Não estão disponibilizados os dados para o Caribe relativos ao ano de 2019.

O segundo caso a destacar é o Quênia. A insegurança alimentar evoluiu-se de 53% para 68,5% da população, tendo um aumento de 29%. Chama atenção o elevado percentual no momento inicial, o que se torna ainda mais preocupante diante do aprofundamento da prevalência da forma grave, que se elevou em 49%, passando de uma parcela de 17,3% para 25,7% da população do país.

Tabela 1 Prevalência de Insegurança Alimentar em Países Selecionados (percentual da população total)

	Grave		Grave ou Moderada	
	2014-2016	2018-2020	2014-2016	2018-2020
ÁFRICA				
Burkina Faso	10,0	15,4	41,8	47,9
Quênia	17,3	25,7	53,0	68,5
República do Congo	42,6	51,7	82,0	88,3
Etiópia	14,5	16,4	56,2	56,3
Guiné	44,3	49,7	72,5	74,1
Serra Leoa	31,4	31,8	78,4	83,9
Sudão do Sul	65,4	62,0	85,1	84,8
Zimbábue	35,1	32,1	64,7	69,8
Senegal	24,5	13,6	39,3	40,9
AMÉRICA LATINA				
Argentina	5,8	12,6	19,2	35,8
Peru	19,2	37,2	37,2	47,8
Equador	6,0	11,6	20,7	32,7
Brasil	1,9	3,5	18,3	23,5
Chile	2,9	4,3	10,8	17,9

Fonte: FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO (2021)

Em outros países a prevalência ficou estabilizada, porém subiu o percentual relativo à forma grave da insegurança alimentar. Foi essa a situação, por exemplo, da República do Congo, da Etiópia e da Guiné, onde a variação da insegurança alimentar grave ou moderada foi 8%, menos de 1% e 2%, respectivamente. O nível grave de insegurança alimentar, entretanto, subiu 21%, 13% e 12% nesses, de um ano para o outro. Chama atenção também o fato que, no Congo e na Guiné, uma a cada duas pessoas encontra-se nessa situação.

Em Serra Leoa, por sua vez, a prevalência permaneceu estável nos dois níveis, variando 7% no geral, mas apenas 1% no nível grave de insegurança alimentar, que atinge aproximadamente 1/3 da população. Entre os países selecionados, Sudão do Sul, Zimbábue e Senegal representam casos de redução na prevalência de insegurança alimentar, sobretudo no nível grave. No Sudão do Sul a diminuição foi 5% nesse nível, o que permitiu também uma redução de menos de 1%, porém foi o

único país dos selecionados a obter no percentual geral. Preocupa, no entanto, o elevado ponto de partida: 84,8% da população submetida à insegurança alimentar grave ou moderada, sendo que três a cada cinco pessoas enfrentam a insegurança alimentar grave. No Zimbábue, ainda que tenha a situação tenha piorado em 8% no geral, houve redução de 9% no nível de insegurança alimentar grave, que ainda atinge um terço da população. No Senegal também ocorreu uma piora no nível geral (4%), porém foi onde se observou o avanço mais expressivo de redução no nível grave de incidência da insegurança alimentar, 44%, baixando de 24,5% para 13,6% a parcela de sua população submetida a essa situação.

Nos países selecionados da América Latina, a trajetória da insegurança alimentar exige atenção ainda mais especial. Em todos o agravamento da situação entre 2019 e 2020 é alarmante. No Chile foi onde menos se agravou a prevalência no nível grave, que subiu 48%, mas a prevalência de insegurança alimentar grave ou moderada aumentou 66%, sendo o segundo maior crescimento. Por sua, no Brasil e no Peru a incidência nesse nível aumentou 28%, no entanto, no nível grave subiu 84% e 94%, respectivamente. No Equador, o percentual no nível grave ou moderado cresceu 58%, enquanto no nível grave elevou-se em 93%. O caso da Argentina é o mais alarmante entre todos. Em apenas um ano, o país viu a parcela de sua população em insegurança alimentar grave ou moderada passar de 19,2% para 35,8%, com um aumento de 86%. Pior ainda foi agravamento no nível de insegurança alimentar grave, onde o aumento foi de incríveis 117%, saltando de 5,8% para 12,6% da população.

Existem alguns estudos recentes que traçam um panorama da situação mundial da insegurança alimentar destacando as experiências de alguns países nos diferentes continentes, a exemplo de Boero et al (2021). Particularmente, no Brasil, encontra-se disponível um levantamento específico sobre o impacto da pandemia na segurança alimentar da população[3].

A pesquisa considerou os níveis de insegurança alimentar leve, quando é revelada a preocupação com a obtenção dos alimentos e/ou quando sua qualidade já está comprometida; insegurança alimentar moderada, quando está disponível uma quantidade restrita de alimentos, e insegurança alimentar grave, quando há privação no consumo de alimentos e fome. Pela estimativa do inquérito, no ano de 2020, foi de 20,5% (43,4 milhões de pessoas) o percentual da população que se encontrava em situação de insegurança alimentar grave ou moderada, sendo que 9,0% (19,1 milhões de pessoas) enfrentaram a insegurança alimentar grave. Chama atenção que, entre a

[3] Publicado com o título “Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil’, o levantamento foi executado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com apoio da Actionaid, Friederich Ebert Stiftung-Brasil, Ibirapitanga e Oxfam-Brasil.

população que reside na zona rural, é maior a prevalência segurança alimentar grave, 12%, o que corresponde a aproximadamente 3,7 milhões de pessoas.

Comparativamente ao ano de 2018, o inquérito revelou uma piora bastante acentuada na situação do país. Naquele ano, 63,3% da população se caracterizava como estando em segurança alimentar (esse número já representava uma queda significativa em relação ao ano de 2010, quando eram 77,1%), enquanto os que se encontravam em insegurança alimentar 20,7%, após terem sido 12,6% em 2013. Em 2020, o percentual de 9,0% em insegurança alimentar grave representa o mesmo patamar do início do século (9,5% em 2004), após caído para 4,2% em 2013 e depois subido para 5,8% em 2018. (REDE PENSSAN, 2021, p. 48).

O advento da pandemia da covid-19 seria suficiente para explicar essa situação tão preocupante? Em que medida esse evento causou esse agravamento tão acentuado na prevalência de insegurança alimentar no mundo? Não há resposta fácil para tais perguntas, ainda que algumas narrativas procurem esse caminho para tentar explicar a conjuntura atual.

3 A PANDEMIA E OS OBSTÁCULOS AO COMBATE À FOME

Não há dúvida que a pandemia afetou fortemente o acesso aos alimentos, sobretudo ao atingir a renda das famílias no mundo inteiro. Os eventos extremos relacionados às mudanças climáticas certamente impactam as possibilidades de acesso aos alimentos. Além disso, situações pontuais de conflitos armados ou de disputa pela terra produzem efeitos negativos que podem se transformar crises de proporções gigantescas. Não se pode duvidar que todos esses fenômenos contribuem para agravar a situação da fome mundial, e a atual pandemia, obviamente, insere-se entre lista desses eventos.

No entanto, um olhar breve sobre as duas décadas do século XXI passadas até a chegada da pandemia, permite notar que o momento atual talvez tenha contribuído para deixar mais escancaradas as contradições do capitalismo. Levando em conta que, especialmente, a partir da segunda metade do século passado, os avanços tecnológicos incorporados à agricultura elevaram a produtividade do setor, deduz-se que o potencial da produção garantiria o atendimento das necessidades alimentares da população mundial. A disponibilidade física da produção não parece constituir embaraço para o combate à fome.

Como se pode aprender nos bons manuais de Economia, a riqueza disponível para determinada sociedade em um dado momento histórico depende, por um lado, da capacidade produtiva dessa sociedade e, por outro lado, das relações de produção, que garantem o acesso dos indivíduos à riqueza gerada. Assim, a questão a ser enfrentada passa pelo controle da produção e da distribuição, que condiciona o acesso e a destinação daquilo que é produzido no mundo, como preconizava Josué de Castro (CASTRO, 1954) em sua incansável batalha pela transformação das condições sociais que reproduzem fome entre os homens.

Observando os casos selecionados no item anterior, podem ser destacados alguns elementos úteis para uma compreensão, ainda que parcial, do drama vivido naqueles países. Na era moderna, a história do continente africano é marcada, de início, pela drenagem de seu potencial humano no contexto do colonialismo europeu, para dar suporte à expansão do capitalismo, e, nos dias atuais, pela espoliação dos recursos naturais operada por grandes corporações transnacionais. Ao longo de mais de três séculos, milhões de seres humanos foram arrancados da África para serem consumidos nos processos de exploração nas colônias no “novo mundo”.

É difícil avaliar com precisão qual foi o impacto dessa enorme subtração de braços e de mentes, para a continuidade e prosperidade das sociedades desse continente. Assim, talvez não deva nos causar espanto que, hoje, sejam desumanas as condições materiais em que vive parte da população nos países africanos, com a prevalência de insegurança alimentar grave ou moderada em, aproximadamente, 70% dos moradores do Zimbábue e do Quênia, 85% dos moradores Serra Leoa e do Sudão do Sul ou nove em cada dez moradores da República do Congo.

Os países latino-americanos, por seu turno, não tiveram melhor sorte - ou talvez, deva dizer, não tiveram menos azar. Os invasores colonialistas, para operar a pilhagem dos metais preciosos da terra, optaram por tentar dizimar as populações nativas. Ainda que não tenham conseguido êxito total, seus sucessores, escravocratas, trataram de moldar as estruturas das sociedades de modo a reproduzir a dominação pela exploração, pela humilhação e pela invisibilização, tanto dos povos originários quanto dos descendentes dos africanos que foram aqui escravizados, trazidos à força nos assim chamados “navios negreiros”, e pretensamente sob a bênção do deus cristão.[4]

[4] Em sua recente obra sobre a escravidão, Gomes (2019; 2021) relata terem sido tantas as viagens que tubarões teriam mudados suas rotas migratórias no Atlântico habituados por se alimentarem dos corpos negros jogados ao mar durante a travessia. O autor observa que, ironicamente, havia uma predileção nomes de santos católicos para identificar essas embarcações: 41 dos 43 navios negreiros que serviam a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão tinham nomes de santos, do mesmo que 40 dos 50 que serviam a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Nas embarcações registradas na Bahia, 1.154 usavam um nome iniciado por “Nossa Senhora” e outros 1.158 tinham

Na boa parte dos países da América houve avanços no combate à fome, no bojo de compromissos assumidos em âmbito internacional. Nesse contexto, no Brasil, por exemplo, foi que apareceram os maiores resultados de um intenso movimento da sociedade civil de combate à pobreza e de busca de um ambiente social, econômico e político propício à construção da segurança alimentar.

A partir da pressão social, o Estado buscou estruturar os instrumentos de políticas públicas para superação da fome, articulando a rede de proteção social com políticas de estímulo à agricultura familiar. Ao lado da política de transferência de renda, o fortalecimento da agricultura familiar, através de financiamento, adequação tecnológica e comercialização da produção via compras públicas, propiciou maior disponibilidade e facilitou o acesso aos alimentos.

Assim, quando se observa a prevalência da insegurança alimentar nos países selecionados, com exceção do Peru, percebe-se que apresentavam um percentual de até 20% da população em insegurança alimentar grave ou moderada, relativamente ao ano de 2019. No nível de insegurança alimentar grave, novamente excetuando-se o Peru, os demais países apresentavam percentuais de 1,9% (Brasil) a 6% (Equador). No entanto, o que é alarmante é o salto que esses países apresentaram, um ano depois. Diferentemente dos casos examinados no continente africanos - cujas taxas de variação da prevalência no nível grave oscilaram entre, nos casos para cima, entre 12% e 54%, e nos casos para baixo, entre 0,5% e 44% -, o que se observa nos países da América Latina é um agravamento muito acentuado dessas taxas. A variação menos elevada ocorreu no Chile, de 48% em relação a 2019. Os demais países apresentaram variação foi de 84% (Brasil), passando por 93% (Equador), 94% (Peru) e atingindo 117%, na Argentina. O que se pode encontrar de elemento comum na história recente desses países, que possa indicar um caminho explicativo?

Recentemente, em particular na segunda década do século XXI, o continente americano e algumas outras áreas no planeta vêm assistindo a um movimento de ascensão de forças conservadoras e comprometidas, prioritariamente, com interesses privatistas, com a desregulamentação da economia e com o chamado livre mercado.

Em particular, no caso da América Latina, dada sua trágica herança colonialista, isso equivale a dizer que as frações das elites de tradição escravocrata lograram alcançar posições do poder político, através do velho e recorrente artifício de golpes. Assim, buscam solapar as frágeis conquistas constitucionais e democráticas dos povos da região. Esse fenômeno, tal qual na década de 1960, é o que se vê em processo, em países como a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Equador e

---

nomes de santos masculinos. Cruéis e fervorosamente religiosos esses nossos escravocratas. O que talvez deva nos acender um alerta contra os seus herdeiros que hoje se autoproclamam “terrivelmente evangélicos”.

a Venezuela. Efeitos desse movimento, ao que parece, se fazem sentir nos dados sobre acesso da população aos alimentos, cujo controle é crucial para a dominação de classe.

4 CONCLUSÃO

Conforme destaquei no início deste texto, a pandemia da covid-19 não somente evidência a existência da fome no mundo, além de contribuir para ampliar as desigualdades de acesso à riqueza e agravar a extrema pobreza, mas, sobretudo, expõe as contradições não contornáveis do sistema capitalista. A situação que se configura na atual conjuntura mundial provocou manifestação de assombro nos próprios organismos das Nações Unidas, ao caracterizarem-na como “uma realidade humilhante”. Referem-se também a um relatório do ano de 2020, no qual consta o alerta de que a pandemia está causando um impacto recessivo devastador na economia mundial, com risco de deterioração da segurança alimentar de milhões de pessoas. E conclama para um rápido esforço de promoção do acesso aos alimentos (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2021, p. vi).

Embora seja necessário reconhecer a imprescindibilidade desse esforço mundial, não parece que seja essa a questão, de mais ou de menos esforços de quem se compromete com a redução da miséria e da fome. A interrupção da trajetória de êxitos no combate à fome na América Latina, por exemplo, coincide com a mencionada ascensão de forças políticas reacionárias na região. O alinhamento político dessas sugere um óbvio retorno a antigas posições dos governos locais associadas e submissas aos interesses imperialistas, que buscam prosseguir a espoliação dos recursos naturais da região.

Os efeitos dessa ascensão parecem se expressar, entre outros aspectos, na intensidade com que avançou a prevalência da insegurança alimentar, especialmente no nível de insegurança grave, que é quando as pessoas estão literalmente passando fome. A subida dos preços dos alimentos e do custo de vida em geral, tende a piorar as condições de vida da população, principalmente com o agravamento da fome.

Nas sociedades da região, essa fome tem endereço e tem cor: é a periferia das cidades, são as regiões rurais empobrecidas, e são os povos originários e os descendentes dos que foram escravizados. Isso significa a marca do racismo estrutural. Significa a manifestação de uma necessidade vital para as sociedades de classe baseadas em privilégio e que, o tempo todo, produzem e reproduzem mecanismos que bloqueiam a mobilidade social das pessoas que não sejam herdeiras

daqueles colonizadores fervorosamente cristãos... e escravocratas. Nessas circunstâncias, de fato, o que se vislumbra é “uma realidade humilhante”, mas sua superação não dependerá apenas de esforços dos organismos das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

BOERO, V et al. **Access to food in 2020 - results of twenty national surveys using the food insecurity experience scale (FIES)**. Rome, 2021. Disponível em: http://www.fao.org/documents/card/ru/c/cb5623en/. Acessado em: 23/ago/2021.

CASTRO, J. A. **Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população no mundo**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1954.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2021** - transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO, 2021. Disponível em https://www. http://www.fao.org/publications/sofi/2021/en/. Acessado em 15.ago.2021.

GOMES, L. **Escravidão** - volume 1: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, L. Escravidão - volume 2: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de dom João ao Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, 2021. Disponível em: http://www.olheparaafome.com.br /#manifestu. Acessado em: 20/ago/2021.

BOLIVIA: racismo e inseguridad alimentaria luego del golpe de la OEA

Francisco de Paula Dominguez Duran

RESUMO

El derrocamiento del gobierno de Evo Morales permitió que la coalición de la derecha nacional e internacional lograra imponer como presidente de Bolivia la política de extrema derecha Jeanine Añez. Luego de una intensa lucha y movilizaciones brutalmente reprimidas, el pueblo boliviano lograra obligar al gobierno de facto a realizar elecciones. El gobierno de facto Añez estuvo dominado por la aplicación de austeridad neoliberal orientada a revertir el rol inversionista del estado que había sido prominente durante los 14 años de los mandatos de Evo Morales. La pandemia del Covid-19 evidenció los nefastos efectos de la combinación del neoliberalismo, la pandemia y el acendrado racismo del gobierno Añez, especialmente en las mayorías indígenas, cuya precariedad se convirtió en hambre debido a la alta significancia económica del sector informal de la económica, de la cual son parte mayoritaria.

Palavras-chave: Bolivia; Golpe de Estado; Racismo.

ABSTRACT

The overthrow of the government of Evo Morales allowed the coalition of the national and international right to impose as president of Bolivia the extreme right policy Jeanine Añez. After intense fighting and brutally repressed mobilizations, the Bolivian people managed to force the de facto government to hold elections. The Añez government was dominated by the application of neoliberal austerity aimed at reversing the investment role of the state that had been prominent during the 14 years of Evo Morales' mandates. The Covid-19 pandemic evidenced the disastrous effects of the combination of neoliberalism, the pandemic and the bitter racism of the Añez government, especially in the indigenous majorities, whose precariousness turned into hunger due to the high economic significance of the informal sector of the economy, of which they are a majority part.

Keywords: Bolivia; Coup; Racism.

1 INTRODUCCIÓN

Luego de tres semanas de violentas protestas, la extrema derecha boliviana consiguió obtener la complicidad del alto mando militar y policial que, al exigir la renuncia del presidente Evo Morales y con el apoyo de un ‘informe’ denunciando ‘irregularidades’ (falsamente implicando fraude electoral), completamente fraguado por Luis Almagro, Secretario General de la OEA, permitió que se consumara un golpe

de estado contra el gobierno democráticamente elegido del Estado Plurinacional de Bolivia el 10 de Noviembre de 2019.[5] El informe de Almagro, apoyado entusiastamente por la comisión electoral 'técnica' de la Unión Europea y por el embajador de la UE en Bolivia (León de la Torre), por toda la derecha boliviana (desde el ex presidente Carlos Mesa al político de la extrema derecha santacruceña, Fernando Camacho), por la jerarquía de la Iglesia Católica, por la derecha internacional liderada por Donald Trump, y, como corresponde a este tipo de golpe, por todos los medios de comunicación corporativos del mundo.

El derrocamiento del gobierno de Evo Morales - que acontece en un contexto de mucha violencia policial-militar y paramilitar, que obligó a Evo y varios de sus ministros a exiliarse en México y otros a solicitar asilo en embajadas para salvar sus vidas - deliberadamente creó desorden y confusión institucional, lo que permitió que, ilegalmente y violando todos los procedimientos, esta coalición de la derecha nacional e internacional lograra imponer como presidente de facto a la política de extrema derecha del departamento del Beni, Jeanine Añez. Añez presidió un gobierno de facto por 11 meses, que fuera superado por elecciones el 20 de octubre de 2020, que el pueblo boliviano lograra obligar al gobierno de facto a realizar, luego de una intensa lucha y movilizaciones brutalmente reprimidas, incluyendo tres masacres (Senkata, Sacaba y La Pas Sur).

Durante esta breve pero terrible interrupción de la democracia plurinacional boliviana, el neoliberalismo del gobierno de facto de Añez causó estragos en la economía de la nación, implementó salvajes medidas de austeridad contra la mayoría del pueblo, buscando revertir completamente las conquistas sociales obtenidas durante el gobierno del Movimiento al Socialismo (MAS) con el presidente Evo Morales (2006-2019), pero que se caracterizó por una política determinada por el profundo racismo que permea a la clase capitalista de este país. Como se busca destacar en este artículo, la pandemia del Covid-19 evidenció los nefastos efectos de la combinación del neoliberalismo, la pandemia y el acendrado racismo del gobierno Añez, especialmente en las mayorías indígenas, cuya precariedad se convirtió en

[5] La cronología en detalle del golpe de la OEA. Disponible en: https://www.pagina12.com.ar/230374-que-paso-en-bolivia-cronologia-del-golpe-de-estado

hambre debido a la alta significancia económica del sector informal de la económica, de la cual son parte mayoritaria.

2 ESTADO PLURINACIONAL – INCLUSIÓN NACIONES INDÍGENAS

La llegada al gobierno de Evo Morales en 2006 llevó a la promulgación de la nueva constitución que establecería el Estado Plurinacional de Bolivia, en 2009, lo que significó un gigantesco paso adelante en la eliminación de la exclusión y/o discriminación de facto basada en el origen étnico. Así, por ejemplo, el Art. 5 de la nueva Constitución reconoce 36 naciones y la misma cantidad de idiomas oficiales. El carácter incluyente de la nueva constitución es tal que reconoce y otorga estatus de nación incluyendo estatus oficial para su idioma, a etnias/naciones que tiene menos de 1.000 miembros, como por ejemplo la Guarasugwe que tiene solo 31.[6]

Además, la constitución se fundamenta en una concepción de estado totalmente superior a sus antecesoras republicanas, pasando del modelo neoliberal a la búsqueda del *Vivir Bien*, consagrado en su Art.8:

> El Estado asume y promueve como principios ético- morales de la sociedad plural: *ama qhilla, ama llulla, ama suwa* (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), *suma qamaña* (vivir bien), *ñandereko* (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), *ivi maraei* (tierra sin mal) y *qhapaj ñan* (camino o vida noble).
> El *Vivir Bien*, es vivir en armonía entre hombres y mujeres, con la Madre Tierra, Pachamama, con los Apus, Achachilas, con los animales, las plantas y todos los seres vivos.

En otras palabras, para resolver la 'cuestión indígena' dando un golpe de muerte al acendrado y fuertemente institucionalizado racismo ancestral de la otrora

[6] Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos: son el aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño ignaciano, moré, mosetén, movina, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco. Las naciones reconocidas son: Araona, Aymara, Ayoreo, Baure, Canichana, Cabineño, Cayubaba, Chacobo, Chiman, Chiquitano, Ese Ejja, Guaraní, Guarasugwe, Guarayo, Itonama, Joaquiniano, Lecos, Machineri, Maropa, More, Moseten, Movima, Mojeño, Nahua, Pacahuara, Quechua, Siriono, Tacana, Tapiete, Toromona, Uru, Weehayek, Yaminahua, Yuqui, Yu racare, y Afroboliviano. Los más numerosos son los Quechua, con 2,5 millones. Les siguen los Aymara, con un poco más de 2 millones, y luego los Chiquitanos con cerca de 200 mil. Hay por lo menos 50 artículos de la constitución que estipulan principios y normas relacionadas con los derechos de las naciones indígenas.

Bolivia oficial, el movimiento obrero y campesino, con el movimiento indígena y sus aliados naturales, los pobres de la ciudad y el campo, ha refundado el estado sobre principios constitucionales y culturales altamente progresistas. Esto busca desarrollar un estado que guie a la sociedad a procurar eliminar la discriminación que ha sido central a Bolivia por 500 años.[7] El intento de golpe, que se caracterizó por horrible violencia contra la población indígena y que incluyó intentos de asesinato de Evo Morales, suscitó una fuerte condena de la reciente fundada Unión de América del Sur (UNASUR), factor importante en la derrota de esta agresión organizada desde Washington.

El proceso no fue fácil, pues contó con la resistencia feroz y violenta de la oligarquía y burguesías bolivianas que, con el apoyo vigoroso de Estados Unidos y sus aliados regionales y mundiales desencadenó un poderoso intento separatista en 2008 en la llamada Media Luna (departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni, y Pando).

3 CONQUISTAS DEL PERIODO DE EVO MORALES

Con la derrota del separatismo de la Media Luna, el gobernante MAS logro un triunfo solido al lograr aprobar la nueva constitución con un contundente 62% contra 37% en contra y con una participación del 90%.[8] Sobre esta base jurídica y de legitimidad política durante las tres presidencias de Evo Morales (2005-2010, 2010-2015 y 2015-2020) el MAS inicio un proceso de transformación de extraordinario alcance social, económico y de soberanía nacional. Entregamos más abajo algunas se la cifras claves de esta altamente benéfica transformación para la mayoría de la población boliviana.

El PIB de Bolivia pasó de US$9,574 bn. en 2005 a US$40,000 bn. en 2013 (un incremento de más del 400%), es decir, un promedio anual del 4,6%, el más alto de la región, y por ello desde 2006; Bolivia tuvo superávit fiscal en 2006 por primera vez en su historia; y en 2018 tuvo US$8.946 millones en reservas internacionales; El ahorro interno en el periodo

[7] Este proceso fue centralmente impulsado por el embajador de Estados Unidos durante la presidencia de George W. Bush, Philip Goldberg, quien fuera asistente especial de Richard Holbrooke, artífice de la destrucción y desintegración de Yugoslavia en 1994-1996 (MERIDA, 2007).
[8] Corte Nacional Electoral de Bolivia, Referéndum Nacional Constituyente 2009, https://web.archive.org/web/20090203110442/http://www.cne.org.bo/ResultadosRNC2009/

2006-2018 pasó de 4.361 millones de dólares a 27.123 millones de dólares; La deuda externa bajó del 61% del PIB en 2004 al 23% en 2018;

La pobreza extrema se redujo del 38% en 2006 al 16% en 2018 (un mínimo histórico); La mortalidad infantil se redujo en un 56%; Los bonos sociales (ancianos, alumnos de primaria y secundaria, mujeres embarazadas) beneficiaron a 5,5 millones de personas (más del 50% de la población); El fin del sistema de latifundios llevó a la redistribución de cerca de 1 millón de hectáreas de tierra a campesinos y familias campesinas;

El número de centros de salud pasó de 2.870 a 3902, y se construyeron 49 nuevos hospitales bien equipados por el Estado con la última tecnología médica (la sanidad pública es gratuita); Con la colaboración de médicos cubanos, la Operación Milagro realizó más de 3 millones de visitas oftalmológicas y 742.000 cirugías que permitieron devolver la vista a muchos bolivianos (Añez expulsó a los médicos cubanos) - El presupuesto para salud pasó de 2,5 millones de bolivianos (moneda nacional) en 2005 a 18, 805 millones en 2018; El agua potable para 2020 llega a 9,7 millones de personas de una población total de 11 millones; El analfabetismo, con el método cubano *Yo Si Puedo*, fue erradicado en 2014; En 2005 sólo el 18% de los parlamentarios eran mujeres, en 2018 han aumentado al 51%;

Entre 2014-18 el metro-cable de nueve líneas en La Paz (terminado en 2014); había transportado 174 millones de pasajeros; Bajo décadas de neoliberalismo sólo se construyeron 1.098 km de autopistas, pero entre 2006-18 se añadieron 4.796 km nuevos a las autopistas existentes;

Todo lo anterior fue financiado por la renacionalización de la industria energética (Bolivia es rica principalmente en gas, pero también tiene petróleo; y es extraordinariamente rica en minerales, especialmente en litio);

Bolivia puso en el espacio el satélite Tupac Katari y renacionalizó ENTEL (empresa de telecomunicaciones) concediendo el acceso a Internet a millones de bolivianos de forma gratuita, como un derecho fundamental;

Con una decisión histórica a nivel mundial, se reconoció a 36 naciones indígenas derechos culturales especiales y ancestrales a la tierra, por primera vez en 500 años que se consagran en la nueva Constitución del Estado Plurinacional; No en vano, en 2018 el Informe Mundial de Desarrollo Humano, clasificó a Bolivia por primera vez como "país de alto desarrollo humano"; El MAS-IPSP de Morales afirmó la soberanía nacional eliminando la

injerencia extranjera (de EEUU) con la expulsión de la DEA, USAID, CIA y hasta del embajador de EEUU; Y mucho, mucho, más.[9]

Naturalmente, la popularidad del MAS y Evo fueron durante todo este periodo incuestionables dado que triunfó en 2005 con un 53%, subiendo a un 64% en 2009, y siendo re-elegido nuevamente con un 61% en 2014. Controvertidamente, la Asamblea Legislativa Plurinacional (Congreso) instigó un referéndum constitucional en 2016 que le permitiera a Evo presentarse como candidato a la presidencia nuevamente en 2016, en el que salió derrotado por estrecho margen (48% a favor y 51% en contra).

Evo recurrió a la Corte Electoral en base a que la derecha condujo una campaña ilegal y difamatoria en contra suya que incluyó, entre otras perlas periodísticas, la falacia de que habría usado su influencia a favor de una empresa constructora china, además de un montaje mediático muy sucio que desplegó a Gabriela Zapata quien alegó haber tenido una relación amorosa con Evo de la cual habría nacido un hijo que Evo habría ignorado completamente. El resultado del referéndum constitucional de febrero de 2016 está íntimamente ligado a la campaña difamatoria y completamente falsa que realizo la oposición con el apoyo entusiasta de todos los medios de comunicación corporativos del mundo. Para mayo de 2016, una vez que el dan1o estaba hecho, los medios internacionales reconocieron que el mentado hijo de Evo nunca había existido.[10]

El año de la derrota de Morales en el referendo constitucional es un año álgido de la ofensiva de Estados Unidos contra los gobiernos progresistas de América Latina (EE.UU. ya había logrado el derrocamiento de Manuel Zelaya en Honduras en 2009, había estado involucrado en el intento de golpe de estado contra Rafael Correan en Ecuador en septiembre 2010, por cierto jugo también un rol importante en el golpe 'constitucional' contra Fernando Lugo en Paraguay en junio de 2012, y Dilma sería *impeached* en agosto de 2016). Carlos Mesa, un prominente opositor, calificó la

[9] Traducido libremente por el autor de su articulo "Bolivia: right wing threatens the recovery of democracy", *PRRUK*, https://prruk.org/bolivia-right-wing-threatens-the-recovery-of-democracy/
[10] Bolivia: el periodista que destapó el escándalo del supuesto hijo de Evo Morales ahora dice que el niño "no existe", *BBC*, 18 mayo 2016. Disponible em https://www.bbc.com/mundo/noticias/ 2016/05/ 160518_bolivia _periodista_carlos_valverde_hijo_presidente_evo_morales_no_existe

decisión del Tribunal Electoral de anular el resultado del referéndum, permitiendo a Evo ser candidato en 2019, de “herida de muerte a la democracia” deliberadamente creando un contexto de confrontación.

La decisión de impedir la reelección de Evo a toda costa sin importar los medios a utilizar. El calculo que llevó a tal decisión es la misma que llevo a generar la crisis que terminó en le derrocamiento de Dilma: permitir el derecho democrático a elegir, en el casi de Brasil, significaría la elección en 2018 de Lula y su casi cierta reelección en 2022, es decir, la derecha seria privada de las riendas del gobierno desde 2002 hasta 2026; en el caso de Bolivia, significaría gobierno MAS hasta 2025 y probablemente hasta 2030, es decir la derecha quedaría fuera del control del gobierno y estado desde 2005 hasta 2030. Detrás del falaz argumento de la derecha (corrupción en Brasil, democracia en Bolivia) se oculta la siniestra mano de Estados Unidos que quiere tanto eliminar la afirmación de la soberanía nacional por Latinoamérica, destruyendo los gobiernos progresistas y la amenaza del buen ejemplo, y al mismo tiempo reimponer sus intereses por medio del neoliberalismo que Bolsonaro en Brasil y Añez en Bolivia ejemplifican perfectamente.

4 ACCESO A LA TIERRA, JUSTICIA, REDUCCIÓN DE LA POBREZA Y DEL HAMBRE

Una de las cuestiones claves para analizar las consecuencias socio-económicas del racismo estructural en Bolivia es la históricamente muy desigual distribución y propiedad de la tierra. En el caso específico de Bolivia, como en el resto del continente, esta tenencia de la tierra es el resultado del despojo violento y sistemático efectuado desde la Conquista en el siglo XVI de la tierra a los pueblos/naciones originarias que ha sido altamente agraviante en Bolivia en el contexto contemporáneo dado que las naciones indígenas representan más o menos un 65% del total de la población del país, usurpación que continuaba hasta la elección de Evo Morales en 2006.

Pese a que la fundación de la república independiente de Bolivia había sido establecida en 1825, tanto su estructura política, como la socio-económica se había mantenido incólume, las relaciones sociales de servidumbre en el campo eran

predominantes, con el agregado que el país, a diferencia de otros países en la región, nunca había conocido una era liberal modernizante. La Guerra del Chaco (1932-35) entre Bolivia y Paraguay fue no solo desastrosa para la nación, sino que además exacerbó todas las tensiones y contradicciones centenarias contenidas en el seno de la sociedad. Estas tensiones llevaron a una explosión política nacional que estalló el 9 de junio de 1952, que catapultó al Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) al poder en una insurrección obrera armada al poder estatal el 16 de junio de ese año. El gobierno del MNR nacionalizó el estaño, la principal industria y riqueza natural del país, pero también implementó una reforma agraria radical.

Como consecuencia de sus estructuras cuasi medievales, la estructura de la propiedad de la tierra en la víspera de la revolución de 1952 era abismalmente inocua con niveles obscenos de concentración de propiedad la fundiaria. Para 1950 las propiedades de 5 a 50 hectáreas era un total de 70.700 que representaban un total de 325.336 hectáreas de tierra de las cuales 126.406 eran cultivadas; por su parte las propiedades de 50 hasta más de 10.000 hectáreas eran un total de 14.459 que representaban un total de 32.415.760 hectáreas de las cuales 518.594 era cultivadas (DUNKERLEY, 2003). Es decir, la pequeña propiedad agrícola cultivaba menos de la mitad de la tierra, pero la gran propiedad latifundiaria explotaba menos del 2% del total de tierra que poseía. Como consecuencia al agro sufría de drástica descapitalización y falte de inversión y su rendimiento are altamente ineficiente. Por ello Bolivia que podría ser un país exportador de productos, los importaba, lo que representaba un 19% del total de las importaciones. El retrogrado legado de esta estructura quedó elocuentemente registrado en la ley de reforma agraria del 2 de agosto de 1953:

> […] el despojo de la propiedad indígena y el régimen de servidumbre sostenido a lo largo de la vida republicana, se ha traducido, igualmente, en el analfabetismo de un 80% de la población adulta de Bolivia, en la falta absoluta de educación técnica del productor campesino, y en el desprecio de las tradiciones artísticas, los valores del folklore nacional y las calidades étnicas del trabajador nativo;
> […] por tal estado de servidumbre y consiguiente atraso e ignorancia, la población aborigen de Bolivia, albergada en viviendas antihigiénicas y miserables, privada de asistencia médica, desnutrida y menoscabada en el sentido espiritual y económico, registra pavorosas estadísticas de morbilidad y mortalidad, como lo han demostrado numerosos investigadores nacionales y extranjeros. (BOLIVIA, 2021)

La revolución de 1952 implementó la reforma agraria que se basó en la justa premia “la tierra para el que la trabaja”, orientada principalmente a dotar a indígenas y campesinos de tierra como pilar desde el cual lograra su liberación del patronaje semi-feudal en el que vivían. Entre 1953 y 19923 se redistribuyeron 57,3 millones de hectáreas, se incorporan cerca de 2 millones de personas al mercado nacional como consumidores. En este periodo (1953-1992), 759.436 títulos de propiedad fundiaria fueron entregados, 90% de los cuales beneficiaron a hombres y solo 10% a mujeres.

Además, esta reforma creó decenas de miles de minifundios, es decir, parcelas mínimamente productivas (son en realidad explotaciones agrícolas de subsistencia, problema que se acentúa con la subdivisión entre los numerosos descendientes del minifundista). El problema se agrava pues la tierra redistribuida a los minifundistas se encontraba en las áridas provincias del altiplano. El carácter de la reforma agraria de este periodo empeoró con el paso del tiempo pues para 1970 solo se habían entregado el 45% de los títulos a familias campesinas, y, durante este periodo, especialmente en la fase de las dictaduras (1971-1982), 402 individuos en Santa Cruz recibieron 7,7 millones de hectáreas por lo que la superficie cultivada subió de 413.000 hectáreas a 1.882.000 hectáreas, lo que representa dos tercios de toda la tierra cultivada en el país (URIOSTE, 2011).

El legado de la reforma agraria a partir de 1953 es complejo y difícil de resolver: para 2003, las propiedades agrícolas de 0 a 5 (68%) y las de 5 a 20 hectáreas (18,4%) representaban el 86,4% de las unidades agropecuarias del país y juntas detentaban el 3,71% de la tierra (1.43% y 2,28%, respectivamente). Estos son campesinos pobres que se ven obligados a complementar su actividad agrícola con la venta de su fuerza de trabajo y artesanías y comprende tres cuartas partes del total de campesinos, a lo que hay que agregar el deterioro de la fertilidad del suelo y la erosión que causan la emigración campesina (BALLIVIÁN, 2003).

En contraste el período 1996-2021, fueron entregados 2.772.909 títulos de propiedad de propiedad agrícola, 53% de los cuales fueron a hombres y un 45% a mujeres. Desde 2006 con la elección de Evo Morales al gobierno se ha implementado la Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria que ha saneado (término que designa a tierras redistribuidas y asignadas con título) ya el 89% del total de la tierra, es decir 89.485,242 hectáreas y se espera que el 13% restante (13.888.275 hectáreas) sea concluido el 2023 (TIERRAS, 2021).

5 LAS POLÍTICAS DE AÑEZ – AUMENTO DE LA POBREZA Y DEL HAMBRE

La gestión del gobierno de facto Añez estuvo dominada por la aplicación de austeridad neoliberal orientada a revertir el rol inversionista/intervencionista del estado que había sido prominente durante los 14 años de los mandatos de Evo Morales. Despidos masivos de trabajadores del sector público, reducción del gasto estatal (incluyendo el de salud), expulsión de todos los médicos cubanos literalmente al día siguiente del golpe, todo justo cuando la pandemia arreciaba en el país. Añez, en respuesta a las demandas del pueblo por más recursos para combatir los estragos causados por la pandemia, lanzó una brutal represión.[11]

La pandemia para fines de 2020 la pobreza había crecido en unos 2 millones, el desempleo había subido de 4,3% a 9,6%, esto en Bolivia, país donde el sector informal de la economía había alcanzado 80%, y la economía se había contraído en un 10% del PIB. En el sector informal se vive al diario, si se trabaja se come, es decir, la combinación de los negativos efectos de la pandemia y las políticas de Añez significó que 1.7 millones de bolivianos y bolivianas no alcanzaban a cubrir los costos de la canasta básica, por lo que pasaron hambre. El gobierno de facto racista de Añez y sus ministros además, se embarcó en colosales niveles de corrupción entre los cuales destacan el sobreprecio por la compra de ventiladores, perpetrada por el propio ministro de salud, Marcelo Navajas, y la solicitud de un préstamo completamente innecesario del Fondo Monetario Internacional por US$327,7 millones por el cual Bolivia perdió US$24,3 millones en intereses luego de devolverlo (el préstamo se contrajo en abril de 2020 y su devolución fue en febrero de 2021.

El gobierno de facto planeaba obtener US$1.700 millones más en préstamos que, considerando las robustas reservas internacionales del país, eran completamente innecesarios. El verdadero objetivo era endeudar al país con el FMI y otros tiburones multilaterales para así practicar la corrupción y también justificar

[11] La organización International Human Rights Clinic en reporte “Nos dispararon como a animales”, de 2019 informó que a consecuencias de la represión 36 personas habían muerto y mas de 500 habían sido heridos, http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2020/07/Black-November-English-Final_Accessible.pdf

medidas neoliberales de austeridad. Entre las medidas contempladas estaba la joya de la corona, la privatización de las industrias de la energía, telecomunicaciones y, especialmente, el litio). En número especial, el periódico *El Pueblo* lista los delitos de corrupción del gobierno de Añez como sigue: soborno y lavado de dinero, coacción, cobros irregulares e ilegales de instituciones estatales, cobros de diezmos, venta de cargos públicos en la educación y fuertes indicios de tráfico de estupefacientes.[12]

En el tan desfavorable contexto creado por las políticas revanchistas de Añez, la pandemia afectó a la mayoría de la población de manera catastrófica pues para julio de 2020 los casos de contagio con covid-19 ya eran 49.250 con un total de 1.866 muertos lo que, en el contexto de la total ineptitud del gobierno, su austeridad neoliberal y el impacto económico de la pandemia, el sistema sanitario llegó al colapso. La aplicación rígida y en estado de pánico de protocolos de confinamiento del gobierno de facto sin tomar en consideración la vulnerabilidad del sector informal de la economía llevó al aumento acumulado de los contagios a más de 144.000 con casi 9.000 muertes para noviembre de 2020, fecha de asunción al gobierno de Luis Arce. El gobierno de Arce ha lanzado una vigorosa campaña de vacunación y desde enero a agosto de 2021 más de 8 millones de dosis de vacunas (Bolivia tiene 11 millones de habitantes).

6 LA RESTAURACIÓN PROGRESISTA

Pese a la virulenta represión y persecución del MAS, sus dirigentes, de los movimientos sociales y de la violencia racista desencadenada contra la población indígena, especialmente la mujer indígena, el pueblo logró que se realizaran elecciones el 20 de octubre obteniendo un resonante triunfo: Arce obtuvo 55% del voto contra 28% de Carlos Mesa, candidato de la derecha, y 14% de Fernando Camacho, candidato de le extrema derecha. El MAS triunfó en 6 de los 9 departamentos del país

[12] Especial, Historia del gobierno corrupto, *El Pueblo*, 30 de mayo de 2021; y además el número Especial, Dinero de la corrupción, cimientos del World Trade Center, *El Pueblo*, 1 de junio de 2021; hay más detalles de la corrupción de Añez y compañía en los números especiales de El Pueblo del 27 mayo, 3 de junio, 6 de junio, 8 de junio de, 10 de junio, 13 de junio de, 17 de junio de, 20 de junio de, 24 de junio y 8 de agosto de 2021.

(con 68% en La Paz; 65% en Cochabamba; 62% en Oruro; 57% en Potosí; 49% en Chuquisaca; y 46% in Pando); la derecha ganó (con 50% en Tarija, y 39% in Beni) y la extrema derecha ganando solo en Santa Cruz (por 45% contra 36% del MAS). Los 6 departamentos donde Arce triunfó tienen cerca de 7 millones de la población total de Bolivia, de 11 millones. Arce ganó en 314 municipalidades, la derecha en 21 y la extrema derecha en 18. El MAS obtuvo, además, 75 de los 130 escaños en la Asamblea Legislativa Plurinacional, 21 de los senadores del Senado.

Aparte de la tarea urgente e indispensable de recuperar la democracia y tomar medidas inmediatas para reactivar la muy dañada economía de la nación, el gobierno del presidente Arce se concentró también en restaurar la normalidad de la seguridad alimenticia garantizada por el principio del *Vivir Bien* y la protección y respeto de la Pachamama.

Así, el 22 de abril de 2021, el presidente Arce derogó un conjunto de decretos de ley supremo adoptados por Añez número 4332 (7 mayo 2020), 4238 (14 mayo 2020), 4348 (22 septiembre 2020) pues autorizaban la introducción de toda la cadena de transgénicos para los cultivos de trigo, maíz y todos los demás. Arce justificó la derogación de los decretos de Añez no solo por ser ilegales sino porque atentaban "contra la soberanía alimentaria, el patrimonio genético de nuestra Bolivia, la biodiversidad, los sistemas de vida y la salud del pueblo boliviano," además de reiterar el compromiso de su gobierno "para luchar contra el cambio climático y proteger los derechos de la Madre Tierra."[13] En otras palabras, los gobiernos del MAS y el inmenso apoyo popular y campesino e indígena con el que cuentan, es un formidable muro de contención a los excesos del agronegocio, sin embargo, el legado colonial, republicano y las limitaciones de la reforma agraria que comenzó con la revolución de 1952 es un serio obstáculo a la seguridad alimentaria de la nación.

En este país sudamericano, entre el 35% y el 50% de los suelos están degradados y según FAO 60% de la población vive y produce en ese entorno de

[13] Bolivia abroga las leyes del gobierno de facto de Jeanine Áñez que autorizaban el uso de transgénicos en cultivos, Russia Today, 22 abril 2021, https://actualidad.rt.com/actualidad/390160-bolivia-abroga-leyes-jeanine-transgenicos-cultivos; para más detalles ver informativo artículo "Golpismo y agronegocio: Añez decretó uso de transgénicos en Bolivia, *Centro de Documentación e Información Bolivia*, 10 mayo 2020, https://www.cedib.org/noticias/golpismo-y-agronegocio-anez-decreto-el-uso-de-transgenicos-en-bolivia-zquierda-diario-10-5-20/

degradación, lo que refleja la vulnerabilidad de la población a la seguridad alimentaria. En 2018-19, la producción agrícola fue de 19,7 millones de toneladas en que un 48% le corresponde a la caña de azúcar, 15% a la soya, 6% a la papa y más o menos 5% al maíz. El área de cultivo es de 3,8 millones de hectáreas de la cual la soya ocupa el 36%, el maíz 12%, el sorgo 10%, el trigo 5,1%, el arroz 4,9%, la papa 4,6%, y la caña de azúcar 4,5%, peor todavía, si el rendimiento promedio de la tierra en 1983 era 5 toneladas métricas por hectárea, en 2019 haba subido a 5,1 tm/ha. Todo este complejo panorama se ve agravado por la estructura de tenencia de la tierra, especialmente el minifundio: según el Censo Agropecuario de 2013 había 872.000 unidades de producción agropecuaria (UPA) en el país de las cuales entre el 96 al 98% corresponden a las economías campesinas de base familiar (ECIF) – la mayor parte en los valles (50%), el Altiplano (22%) y los llanos tropicales (21%) –, y solo el 2 al 4% a la economía empresarial agropecuaria (EEA). (FARAH; CALVO; WANDERLEY, 2021)

El 89% de la producción de las ECIF se destina al mercado interno y al autoconsumo y solo un 1% a la exportación, a lo que se debe agregar que las ECIF son responsables de aproximadamente el 61% de los alimentos frescos consumidos por los hogares bolivianos, y a nivel nacional, durante el verano, las ECIF absorben el 95% de la mano de obra familiar agrícola (unos 3 millones de trabajadores/as): emplea el 98% del total de la mano de obra familiar agrícola y el 91% del total de la mano de obra contratada agrícola; en otras palabras, las ECIF generan la gran mayoría de los empleos a nivel nacional. Esto significa que las EEA son altamente lucrativas las CIF son todo lo contrario, lo que se traduce en una alta concentración del ingreso agrícola el 2% de las EEA concentra el 56% de la renta agropecuaria. El producto agrícola de muchas ECIF no cubren los costos de producción debido a los bajos precios a los que están obligados a venderlos, los productos nacionales no pueden competir con los productos importado o de contrabando, por ello la producción de muchas EFIC es insuficiente incluso para cubrir las necesidades alimenticias propias ni tampoco para generar ingresos por la venta de excedentes. (FARAH; CALVO; WANDERLEY, 2021)

Para paliar la exacerbación de la vulnerabilidad social creada por este legado histórico, el gobierno del MAS ha adoptado medidas de apoyo y asistencia social entre

las cuales están el Bono Contra el Hambre, reintegro del IVA para los de más bajos ingresos, y otros y para el sector productivo incluido el agropecuario, está el otorgamiento de créditos al 0,5% de interés, refinanciamiento de créditos contraídos y la modificación de las alícuotas para la importación de alimentos, financiados por un impuesto especial a las grandes fortunas.[14] Buenas medidas, pero insuficientes.

7 CONCLUSIÓN

Como consecuencia del legado colonial y las limitaciones de la reforma agraria iniciada con la revolución de 1952, Bolivia no supera los problemas asociados con la inseguridad alimentaria. Las de políticas sociales ya en existencia desde antes del gobierno de facto y de la pandemia han reducido la vulnerabilidad socio-económica de millones y no cabe duda que la profundización de la redistribución de tierras desde 1996, pero especialmente durante los gobiernos del MAS (2006-2021) han mejorado substancialmente las bases de prosperidad a los beneficiarios, casi la mitad mujeres.

Sin embargo, pese a que el presidente ha adoptado buenas medidas socio-económicas y la economía nacional, y en parte la agropecuaria, se están recuperando rápidamente del desastre causado el Estado Plurinacional de Bolivia confronta problemas estructurales serios en la agricultura que se originan en el minifundio y su secuela, la agricultura de subsistencia cuya estabilidad y capacidad para garantizar la soberanía alimentaria se encuentra en una dinámica de franco deterioro.

Una restructuración drástica de las CEIF que les permita eficiencia productiva, ventaja comparativa, y circuitos de comercialización, lo que requeriría inyecciones crediticias estatales substanciales, apoyo técnico sostenido para el mediano plazo, es el punto de partida para abordar este grave problema estructural que afecta negativamente la soberanía alimentaria de la nación.

Es imposible imaginar que tal restructuración se pueda realizar sin al mismo tiempo reestructurar las EEA, cuya prominencia económica se mantiene no por su

[14] Especial La Reconstrucción avanza a una nueva fase de crecimiento, *El Pueblo*, 6 agosto 2021.

rentabilidad, que es sin duda más alta que la de las CEIF, sino por las subvenciones estatales y políticas públicas favorables (bajo precio de la tierra, subvención al diesel, tolerancia hacia el daño ambiental, y otras). La revolución democrático cultural del Estado Plurinacional de Bolivia, ha logrado lo que ningún gobierno en casi 200 años de existencia constitucional de la nación, pero todavía queda mucho que caminar.

REFERENCIAS

BALLIVIÁN, D. P. Medio siglo de la reforma agraria boliviana, **Temas Sociales**, La Paz, n 25, Julio de 2003. Disponible em http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci _arttext&pid =S0040-29152004000100011&lng=es&nrm=iso. Accedido em: 30.jul.2021

BOLIVIA: reforma agraria 2 de agosto de 1953. Disponible en: https://www.lexivox.org/ norms/BO-DL-19530802.xhtml. Accedido em 5.ago.2021(a)

DUNKERLEY, J. Rebelión en la Venas. Editorial Quipus, 2003, pp. 43-50

DOMINGUEZ, F. Bolivia: right wing threatens the recovery of democracy. Disponible en https://prruk.org/bolivia-right-wing-threatens-the-recovery-of-democracy. Accedido en 5.ago.2021.

LA RECONSTRUCCIÓN avanza a una nueva fase de crecimiento. *El Pueblo*, 6 agosto 2021. Cuaderno Especial.

FARAH, A. B; CALVO, L. M; WANDERLEY, F. Seguridad alimentaria y producción de alimentos en Bolivia. In: **Bolívia debate un futuro sustentable.** 2021. Disponible en: http://www.iisec.ucb.edu.bo/publicacion/. Accedido en 30.jul.2021

MERIDA, W. G. Philip Goldberg apoya el separatismo de Reyes Villa, *Rebelión*, 19 enero 2007. Disponible en: https://rebelion.org/philip-goldberg-apoya-el-separatismo-de-reyes-villa. Accedido en: 15.jul.2021.

URIOSTE, M. Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia, **Fundación Tierra**, La Paz, 2011.

TIERRAS: entre el saneamiento y la ilegalidad del gobierno Añez. El Pueblo, 1 de agosto de 2021. Cuaderno Especial.

A ESTRUTURA RACISTA DO RACISMO ESTRUTURAL: uma proposta de qualificação do debate

João Lucas Coimbra Sousa

RESUMO

A discussão sobre o racismo estrutural tem sido feita de modo errático e despropositado. A expressão, que em seu sentido técnico deve apontar para a relação entre a desumanização de pessoas não-brancas e a superestrutura da nossa sociedade, frequentemente tem servido para nublar a discussão sobre racismo e capitalismo. A presente texto tem como tema esta relação a qual se refere a expressão "racismo estrutural", bem como sugere uma qualificação do debate em torno desta.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Superestrutura; Capitalismo.

ABSTRACT

The discourse about structural racism has been made in an erratic and pointless manner. The expression, which in its technical sense should point out to the relationship between the dehumanization of non-white people and the superstructure of our society, oftentimes has been used to cloud the discourse about racism and capitalism. This paper has as theme this relationship that the expression "structural racism" refers to, as well as suggests a debate qualification around it.

Keywords: Structural racism; Superstructure; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem como tema a discussão do racismo em termos concretos na sociedade brasileira, tomando a realidade presente como um resultado de um processo histórico de colonização e exploração baseadas na ideologia da supremacia racial dos brancos.

Desta forma, esta proposta de mesa intenta apontar para a relação da questão material e a superestrutura intelectual na manutenção do racismo enquanto ideologia, ou seja, como a negação de direitos humanos fundamentais (moradia, alimentação, educação, mobilidade urbana, etc.) está diretamente conectada à desumanização da pessoa negra proveniente do pensamento racista.

A expressão "racismo estrutural", se um dia conseguiu explicar a indissociabilidade entre a realidade opressora da pessoa negra e o comportamento

opressor do branco, ao que se observa hoje, não raro, tem servido para uma compreensão diametralmente oposta.

Mais recentemente popularizada pelo professor Sílvio Almeida em sua obra *O que é Racismo Estrutural*, o autor enfatiza nas primeiras páginas que "o racismo é sempre estrutural", "ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade" (2019, p. 15). Não há nada disposto à interpretação; ao invés disso, a afirmação direta é que o *Racismo*, por si mesmo e como um todo, *é* estrutural.

Entretanto, eventos racistas têm sido desculpados anedoticamente com frases como "devemos lembrar que o racismo é estrutural", "mais um exemplo de racismo estrutural", etc., no sentido de classificar *um tipo de racismo* como "racismo estrutural".

Desta maneira, este posicionamento errôneo tanto despersonaliza a figura do *Racista*, quanto polui a discussão política do que vem a ser o *Racismo*.

O *Racista*, portanto, é o indivíduo que se locupleta da violência econômica presente contra o negro e em favor do branco, estabelecido pelo processo histórico da colonização. O *Racismo,* por sua vez, é como vamos chamar o momento presente deste mesmo processo histórico, que marca a "normalidade" das nossas vidas: "O racismo é a manifestação do normal de uma sociedade", "[este] fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea" (ALMEIDA, 2019, pp. 15-16).

Portanto, o problema no uso corriqueiro da expressão "racismo estrutural" está na desassociação do *Racismo* com a *Estrutura*, usando de uma linguagem *patologizante* que afasta a expressão "racismo estrutural" da sua função precípua: uma denúncia da normalidade como uma violência racista.

Superando a fraseologia infértil, é preciso desenhar com clareza as consequências concretas e políticas da postura antirracista, ou seja, que o enfrentamento direto ao racismo estrutural de fato é necessariamente um questionamento da "normalidade" presente.

O objetivo geral desta proposta de mesa é requalificar o debate do "racismo estrutural" como análise do processo histórico que constrói essa estrutura racista.

Significa dizer que o significado do *Racismo* precisa ser retirado do plano da abstração apolítica que foi posto, e em lugar disso utilizado como referencial científico e político para a reconstrução da sociedade.

Para tanto, os objetivos específicos desta proposta de mesa envolvem: discutir o racismo como a "normalidade" presente, ou seja, uma manifestação do *status quo* que não pode ser reduzido a um evento ou uma patologia de ordem pessoal ou social; ressaltar a relação dialética entre o modelo político e econômico com a superestrutura social, de modo a explicitar que o racismo (como compreensão ideológica hegemônica) é indissociável a estrutura (o capitalismo e suas formas jurídicas); e, por fim, apontar um caminho de desenvolvimento social que procure abolir o racismo, com foco nas necessárias inferências lógicas da compreensão histórica quanto ao caráter estrutural do racismo.

Nossa perspectiva teórica perpassa pela *superação do essencialismo racial*, que se trata da redução da humanidade e capacidade de objetivismo científico por parte da pessoa negra, inclusive de seus pesquisadores.

Grada Kilomba descreve o essencialismo como um processo de identificação absoluta, "qual uma pessoa é vista meramente como uma 'raça'", de modo a determinar o *negro* como algo desprovido de contexto histórico ou social (2019, p. 174).

A rota de correção, portanto, envolve a contextualização histórica – ou *historicização* – da compreensão racial e de seus indivíduos, de forma a superar o determinismo sobre os indivíduos *racializados*. No sentido de que nossa compreensão de mundo *enquanto pessoa negra* não possui uma característica essencial de análise, mas dialética. Estamos inclusos em uma dinâmica de forças – uma dinâmica racial – que, por conta do caminhar da história, da economia e da política, nos fez negros.

A isto, é preciso que seja superada a compreensão subjetivante do *Racismo*. Este é um fenômeno social, e "aquelas/es que o enfrentam são sempre confrontadas/os com a mensagem que suas experiências são decorrentes da sua própria sensibilidade excessiva e, portanto, são de sua própria responsabilidade" (KILOMBA, 2019, p. 138).

A questão aqui é entender que, por estarmos na dinâmica racial do lado dos oprimidos, temos na produção científica um desafio tão grande quanto mantermo-nos atentos à rigidez característica da ciência: temos uma contramotivação estrutural a nossa produção, que é diminuída como “demasiadamente política”, “ativista”, “engajada”, “opiniosa”, “não-científica”. É este fenômeno que chamamos de *subjetivante*, quando na verdade é a nossa posição marginal que nos garante uma visão objetiva sobre o *Racismo*.

A margem, esse espaço periférico, funciona epistemologicamente como um “espaço de abertura radical” (HOOKS, 1989, p. 149), porque se trata de um lugar de possibilidade e revolução social. Estarmos à margem significa estar na posição ótima, onde nossos interesses materiais não entram em conflito com nossos interesses de pesquisa, pelo contrário, posto que estes não correspondem com a manutenção do *status quo.*

Portanto, nossa perspectiva de pesquisador negro buscará produzir conhecimento objetivo quanto ao *Racismo*, superando-se essencialismos vulgares que reproduzem a desumanização dos indivíduos racializados, compreendendo a prática como critério de verdade e o materialismo-histórico dialético como a única ferramenta capaz de compreender o caráter estrutural do *Racismo*.

2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DO RACISMO NO BRASIL

É comum a sociedades de diferentes épocas imaginarem que possuem absoluta liberdade de pensamento. Este fenômeno se dá como consequência da compreensão errônea da história e seu percurso. Esta imaginação de liberdade plena é, ela mesma, algo determinado pelas condições objetivas da conjuntura em questão: “Os homens fazem sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

Nosso pensamento não é livre, mas uma consequência das nossas circunstâncias materiais. Não há fatalismo nesta constatação, mas uma perspectiva científica da construção da história. Significa dizer que há de se conhecer os átomos,

os tijolos, as partículas materiais que compõem a conjuntura presente, para que se possam construir soluções igualmente científicas para nossos problemas sociais.

Nossa busca é marcada por esta tarefa inovadora de superar o tradicionalismo determinado pelo percurso histórico traçado até o ponto presente; soluções criativas nos aguardam do outro lado das condições objetivas impostas, da lógica econômica imposta, da realidade imposta: “a tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos” (MARX, 2011, p. 25).

Condições objetivas, neste contexto, referem-se à materialidade da existência. Trabalho, moradia, acesso a bens e serviços, formas de sustento da vida as quais chamamos de *necessidades materiais* e as relações jurídicas que as englobam: direito à propriedade para alguns, dever de trabalho para outros.

> Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação (MARX, 2011, p. 60).

O indivíduo, quem quer que seja ele, viverá sob o regime desta superestrutura. Sua vida, seu pensamento, sua liberdade… tudo isso estará dialeticamente determinado por esta superestrutura, porque ela é a determinação do *normal* de uma dada sociedade.

Não se trata aqui de afirmarmos que a superestrutura congela fatalmente uma sociedade, e sim que esta engessa seu desenvolvimento social em favor à manutenção do *status quo*. É por esta razão que não há lógica na “conscientização” como ferramenta de enfrentamento ao racismo, porque este já é o produto do *normal*.

O *Racismo* é produzido pela normalidade da vida, porque corresponde a superestrutura derivada das nossas condições sociais de existência e forma de propriedade. Assim, determina a compreensão de mundo de seus indivíduos, que via de regra agirão de acordo com esta determinação estrutural. Ciclicamente, serão agentes da reprodução do *Racismo* no momento em que corresponderem às condições sociais da existência. É a produção e reprodução social do *Racismo* em nosso país.

Compreendendo esta forma estrutural em que o *Racismo* se relaciona com a estrutura política, econômica e social que chamamos de *Capitalismo*, é possível compreendermos a relação entre um modo de produção e seu aspecto ideológico. Sendo o capitalismo um sistema de produção advindo da Europa, ele carrega a mesma superestrutura europeia, o mesmo vocabulário de tradições que comprimem o cérebro dos vivos: “a característica mais marcante do capitalismo é sem sombra de dúvidas a emergência do racismo como uma leniência profundamente enraizada e difundida no pensamento europeu” (RODNEY, 2018, p. 103).

Para Walter Rodney, esse enraizamento do pensamento racista é em decorrência de uma construção histórica determinada por conta da escravização do povo negro pela Europa. Vivemos hoje a continuação desde mesmo processo histórico, qual em muitos lugares do globo ainda não se viu uma ruptura radical com a trajetória iniciada por este modo de produção baseado na exploração máxima do trabalhador: “Nenhum povo pode escravizar outro por séculos sem sair disto com uma noção de superioridade; e em sendo a cor da pele e outros traços físicos dessas outras pessoas de notável diferença, é inevitável que o preconceito venha a tomar uma forma racista” (RODNEY, 2018, p. 103).

A dialética da relação entre a superestrutura e o pensamento individual é a de produção e reprodução. O racista reproduz o racismo porque faz sentido ser racista na sociedade em que está. Não se trata simplesmente de um “pacto”, um “acordo secreto”, seja ele consciente ou inconsciente, mas de uma expressão da *normalidade*, posto que o *Racismo* é produto desta normalidade estrutural. Portanto, superar o racismo não se resume a campanhas de conscientização, porque a consciência do indivíduo é determinada pela superestrutura, comprime sua criatividade e limita sua vida com uma lógica de funcionamento que é, em si mesma, racista.

Superar o racismo exige uma compreensão mais coletiva do problema; é preciso buscar romper com a lógica do racismo, compreendendo que a raiz da reprodução social do *Racismo* não é o branco enquanto indivíduo, mas o branco enquanto sistema de produção.

3. RACISMO COMO LÓGICA ECONÔMICA

Em tempos de denúncias vazias contra o racismo estrutural, sem que se ponha a dita estrutura em xeque, observa-se uma elasticidade cada vez maior nos contorcionismos argumentativos e os demais eufemismos encomendados pela grande mídia e grandes empresas. Isto porque, hoje, carregar a pecha de "empreendimento racista" pode significar uma perda considerável de dividendos. O desafio do Capital passa a ser a defesa de um *antirracismo de mercado*, um "antirracismo" que tem como objetivo precípuo não o enfrentamento do racismo na sua raiz, mas a garantia comercial e tabular de que seu investimento não será esbulhado pela pecha de "racista".

Diretamente ao ponto, o *antirracismo de mercado* não passa de uma confusão premeditada, um enturvar da límpida relação dialética entre o Capital e a manutenção do *Racismo* como normalidade da vida.

Normalidade porque há um cálculo econômico que motiva atitudes que buscam o lucro, e consequentemente, reproduzem o *Racismo*. Um exemplo deste cálculo e sua relação com problemas sistêmicos pode se encontrar n'*O Capital*:

> Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam, em vez de cavalos, mulheres para puxar etc. os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo (MARX, 2013, p. 467).

No exemplo da Inglaterra Vitoriana apontado por Karl Marx, uma opressão sistêmica baseada em gênero é reforçada por motivações puramente econômicas: é mais barato manter uma mulher pobre que manter um cavalo. O machismo, o patriarcado encarnado neste raciocínio violento não depende propriamente de nenhum ódio a mulher, mas da dura conclusão de que um cavalo depende de mais investimento econômico (naturalmente, uma sociedade que possibilita este tipo de raciocínio está construindo uma cultura de desprezo a vida da mulher, uma superestrutura de sexismo).

Da mesma forma, uma opressão sistêmica baseada em raça não precisa ser como um "plano maligno" entre brancos contra as pessoas negras. A maior violência já causada aos negros, a escravidão, não foi motivada pelo racismo, mas por razões econômicas:

> Ocasionalmente, é erroneamente defendido que os europeus escravizaram os africanos por razões racistas. Produtores agrícolas e mineradores europeus escravizaram africanos por razões econômicas, para que sua força de trabalho pudesse ser explorada. De fato, teria sido impossível abrir caminhos no Mundo Novo e usá-lo como um gerador constante de riquezas, não fosse a mão-de-obra africana. [...]. Tendo se tornado absolutamente dependente do labor africano, europeus dentro e fora de seu continente concluíram ser necessário racionalizar a exploração, também, em termos racistas (RODNEY, 2018, p. 103).

Rodney atesta a incongruência no pensamento que antecipa o racismo como algo que precede a campanha de invasão de África e sequestro sistemático de africanos para sua escravização. Há, primeiro, uma necessidade material para a expansão de seu modelo econômico. Em decorrência do suprimento criminoso dessa necessidade material econômica, surge uma necessidade material política, qual seja, a justificação para a atrocidade flagrante do escravismo.

A galinha nasce primeiro que o ovo. E a partir disto, o ciclo se inicia. E a escravização do trabalhador negro abre caminho para o percurso da história:

> A descoberta de ouro e prata nas Américas, a extirpação, escravização, e o esgotamento de minas de populações aborígenes, a transformação de África em um viveiro comercial para a caça de peles negras deu sinal para um amanhecer róseo da era da produção capitalista (MARX apud RODNEY, 2018, p. 98)

A racionalização da exploração do negro não deixou de ser uma necessidade material política do sistema capitalista. Mas a compreensão racista desta exploração também não é estática; os motivos pseudocientíficos do século XVI não são iguais à pseudociência do século XIX, e nenhum deles servem para a realidade observável do século XX.

Grada Kilomba compreende que o *Racismo* preserva o colonialismo de ontem na superestrutura da sociedade de hoje. Para ela, a pseudociência racista não passa de um processo coletivo de *negação*. Explica que nossa compreensão moral nos leva a crer que aquele quem trabalha é o detentor moral dos frutos de seu trabalho. Assim, o negro trabalhador é o verdadeiro dono da riqueza que produz, obrigando o branco/colonizador a concluir que ele rouba a produção do *Outro*.

> Embora a plantação e seus frutos, de fato, pertençam “moralmente” à/ao colonizada/o, o colonizador interpreta esse fato perversamente, invertendo-o numa narrativa interpreta esse fato perversamente,

> invertendo-o numa narrativa que interpreta esse fato como roubo. "Estamos levando o que é Delas/es" torna-se "Elas/es estão tomando o que é Nosso". Estamos lidando aqui com um processo de *negação*, no qual o senhor nega seu projeto de colonização e o impõe à/ao colonizada/o (KILOMBA, 2019, p. 34)

A *memória colonial* é uma tradição que comprime nossos cérebros. É um lembrar que não se origina no consciente ou inconsciente, mas no imaginário coletivo, na superestrutura construída pelas condições materiais objetivas. É a resposta à necessidade material política que a estrutura tem de justificar seu flagrante delito, indubitavelmente observável: os negros trabalham mais e ganham menos. Alguns trabalham muito mais, e não ganham nada. E os bilionários são todos brancos.

4. CONCLUSÃO

É preciso qualificar o debate de "racismo estrutural" no Brasil. Para isso, é inescapável compreendermos que a raça é um conceito inter-relacional, ou seja, só tem sentido quando contextualizado em determinada dialética. "Se, em um dado momento da sua história, [o negro] foi levado a se questionar se era ou não um homem, é que lhe contestavam sua humanidade" (FANON, 2008, p. 94).

Somos negros porque nascemos numa realidade que tem um passado marcado pela escravidão dos povos africanos. Somos negros porque esta é a tradição que acompanha o modo de produção no qual nascemos, e se apresenta como uma violência, uma "ferida do presente" que "ainda é a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado" (KILOMBA, 2019, p. 158).

Superar o racismo significa necessariamente romper com as formas do passado que insistem em se manter no presente. O *Racismo* não se trata de uma patologia social, mas da espinha dorsal da *normalidade* dos nossos dias. Superar o racismo é construir uma nova normalidade, uma nova racionalidade, uma nova forma de ser.

Em outras palavras, "O negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir" (FANON, 2008, p. 95).

Uma nova forma de existir significa radicalidade e determinação para mudar as estruturas, “determinação que é uma parte integral no processo de desenvolvimento” (RODNEY, 2018, p. 34). A ciência servirá de bússola na busca desta nova destinação para a espécie humana. A premissa trazida pelo racismo estrutural, que compreende que todo o racismo é estrutural, aponta para o Capitalismo como esta estrutura. A superação do racismo, pois, será concomitante a superação deste sistema político, econômico e social que nos comprime o cérebro coletivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe***.* São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008

HOOKS, Bell. **Talking back: thinking feminist, talking black**. Boston: South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação***.* Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. Vol. 1.

RODNEY, Walter. **How Europe underdeveloped Africa.** London: Verso, 2018.